



Além de pagar muito caro pelo serviço de telefonia, o usuário encontra uma estrutura que funciona com capacidade três vezes além do que seria viável

CPI DA TELEFONIA FALTA DE ANTENAS ATRAPALHA SINAL

No Espírito Santo, a quantidade de antenas de celular instalada é insuficiente para atender às **4,5 milhões** de linhas habilitadas

/// MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Um serviço caro, mas essencial, que no Espírito Santo funciona três vezes além da sua capacidade. Investigações feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia, instaurada pela Assembleia Legislativa, mostram que a quantidade de antenas de celular existentes no Estado não é o suficiente para atender às 4,5 milhões de linhas

habilitadas.

Os efeitos dessa sobrecarga são sentidos diariamente pelo consumidor, que não consegue falar nem navegar com qualidade. São ligações e conexões que não se completam ou que caem por qualquer motivo.

A GAZETA conseguiu com exclusividade acesso a partes das investigações que desvendam a caixa-preta do setor de telefonia. Apurações, mantidas em segredo,

que vão vir à tona na próxima terça-feira, com a votação do relatório, detectaram que, entre várias falhas, a questão do sinal, em conjunto com a cobrança indevida, é um problema frequente.

Segundo o relatório, as antenas de celular instaladas no Estado conseguem atender entre 660 e 1.000 linhas, de acordo com depoimentos prestados à CPI por especialistas em tecnologia.

Dados da Agência Nacio-

nal de Telecomunicações (Anatel) detalham que no Estado existem 1,3 mil equipamentos, ou seja, uma média de uma antena para cada 3,4 mil aparelhos. Das quatro operadoras que atuam no Estado, todas estão foram do padrão.

As deficiências do setor devem ser denunciadas em breve pelos deputados aos órgãos de defesa do consumidor que atuam no Estado e também encami-

nhadas ao Congresso Nacional, ao Ministério das Comunicações e mesmo à Presidência da República.

O relatório, inclusive, vai acusar a Anatel de descaço e de não desempenhar o papel de fiscalizar e regular o setor, afirma o presidente da CPI e da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia, deputado Sandro Locutor.

“É muita omissão. As empresas estão livres para

fazer o que quiserem. Não imaginávamos que encontraríamos problemas tão graves ao instaurar a CPI”, disse o deputado.

O relator da comissão de inquérito, deputado Paulo Roberto, afirma que, para amenizar as falhas de sinal, será iniciada uma conversa com as prefeituras, com a intenção de criar um padrão para a instalação dos equipamentos sem agressão à

